

No. 122

UNIVERSIDAD DEL ZULIA



ESPACIO ABIERTO

Cuaderno Venezolano de Sociología



Separata:

CARMEN MIRÓ (1919-1022).

Sociología y Demografía Crítica

Volumen 34

Nº 3

Julio-Septiembre, 2025

3

Auspiciada por la International Sociological Association (ISA)
y la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS).
Revista oficial de la Asociación Venezolana de Sociología (AVS)



Atributos asociados ao êxodo e à sucessão familiar de jovens rurais da metade norte do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

*Paulo Rosa De Almeida**, *Iran Lovis Trentin***, *Danni Maisa da Silva**** y *Divanilde Guerra*****

Resumo

A migração da população rural para o meio urbano, em busca de melhores condições de vida, é um fenômeno que integra grande parte da história do Brasil e a saída dos jovens do campo é uma situação que tem se agravado. Neste artigo objetivou-se identificar os principais motivos do êxodo rural, especialmente da população juvenil, apresentando características desta população e os atributos incentivadores à sucessão rural da metade norte do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Como metodologia, foi realizado um diagnóstico sobre a temática, a partir de uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados na última década, em sites como Scielo, Scopus e Google Acadêmico. Dentre as características dos jovens rurais, constatou-se que alguns moradores de propriedades rurais não desempenham atividades agropecuárias e a utilizam como moradia momentânea; a maioria dos jovens rurais é do sexo masculino, revelando a predominância do êxodo rural feminino; há uma tendência de permanecer ou retornar à lavoura dos jovens graduandos em Ciências Agrárias. As principais causas do êxodo rural e do enfraquecimento da sucessão rural abordadas foram: falta de atrativos para permanência no rural; pensamentos depreciativos da atividade agrícola; ausência de serviços básicos e estradas; privações de maquinários e benfeitorias; carência de apoio e confiança dos pais; baixa produtividade e inviabilidade do tamanho das áreas. Por fim, destacam-se alguns bons exemplos voltadas à permanência dos jovens em comunidades rurais, os quais ocorrem através de apoio material e técnico. Embora apoio e incentivo sejam fundamentais para a sucessão rural, cabe ao jovem decidir o seu futuro

Palavras-chave: Sucessão rural; masculinização do campo; êxodo rural; qualidade de vida; agricultura familiar; políticas públicas

*Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Três Passos/RS, Brasil. ORCID: 0000-0001-8740-6801

E-mail: paulo-almeida@uergs.edu.br

**Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Vacaria/RS, Brasil. ORCID: 0000-0002-3794-4246

E-mail: iran-trentin@uergs.edu.br

***Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. , Três Passos /RS, Brasil. ORCID:0000-0002-3600-0462

E-mail: danni-silva@uergs.edu.br

****Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Três Passos /RS, Brasil. ORCID: 0000-0001-5136-2763

E-mail: divanilde-guerra@uergs.edu.br

Attributes associated with the exodus and family succession of rural youth in the northern half of the State of Rio Grande do Sul – Brazil

Abstract

The migration of the rural population to urban areas, in search of better living conditions, is a phenomenon that forms part of much of Brazil's history and the departure of young people from the countryside is a situation that has been recorded. This article aimed to identify the main reasons for the rural exodus, especially of the youth population, presenting characteristics of this population and the attributes that encourage rural succession in the northern half of Rio Grande do Sul (RS), Brazil. As a methodology, a diagnosis was made on the topic, based on a bibliographical review of scientific articles published in the last decade, on sites such as Scielo, Scopus and Google Scholar. Among the characteristics of rural young people, it was found that some residents of rural properties do not carry out agricultural activities and use it as temporary housing; the majority of rural young people are male, revealing the predominance of female rural exodus; There is a tendency for young people graduating in agricultural sciences to remain or return to farming. The main causes of rural exodus and the weakening of rural succession addressed were: lack of attractions for staying in rural areas; derogatory thoughts about agricultural activity; lack of basic services and roads; deprivation of machinery and improvements; lack of support and trust from parents; low productivity and unviable size of areas. Finally, some good examples stand out aimed at helping young people stay in rural communities through material and technical support. Although support and encouragement are fundamental for rural succession, it is up to the young person to decide their future

Keywords: Rural succession; masculinization of the field; rural exodus; quality of life; family farming; public policy

Introdução

O êxodo rural pode ser definido como sendo o deslocamento da população do meio rural para o meio urbano, cujo movimento ocorre desde a antiguidade até os dias atuais (Aquino Rodrigues et al., 2020). Esse deslocamento populacional é, em geral, ocasionado, pela inviabilidade de subsistência da família na propriedade rural e, especialmente, pela busca de melhores condições de vida.

As migrações rurais no Brasil se intensificaram a partir dos anos 1970, quando o país possuía aproximadamente 50% da população como urbana e 50% como rural, a partir daí com incentivos ao pacote da “revolução verde” o êxodo aumentou em todas as regiões. Nesta primeira fase foram migrações de famílias, quer para centros urbanos na busca de trabalho aumentando consideravelmente o número de favelas ou bairros populares nas periferias das cidades, ou para outras regiões da “fronteira agrícola” como Centro-oeste e Amazônia e para o Paraguai (Trentin, 2019).

Segundo Trentin (2023), a população rural no sul do Brasil, segundo os dados do

IBGE, nos anos 2010 era de aproximadamente 16%, dados esses que se mantiveram no Censo de 2022. Contudo, nesta segunda fase de migrações rurais se percebe o maior deslocamento de jovens em especial das mulheres. Estudos realizados por Camarano e Abramovay (1998), entre 1950 e 1980, evidenciaram que as áreas rurais das regiões sudeste e sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas, enquanto que nas décadas de 1980 e 1990 os maiores contingentes populacionais saíram do campo Nordeste, com destaque para a expansão de fronteira agrícola nas Regiões Centro-Oeste e Norte, também neste período. Entretanto, os autores já alertavam para um processo migratório fortemente coordenado pela saída dos jovens, especialmente do sexo feminino, o que levaria a uma crescente masculinização do meio rural.

Dentro deste contexto, estudos como o realizado por Lehner e Nascimento (2024), que tratam das perspectivas e oportunidades para a permanência dos jovens rurais em suas comunidades, buscando responder quais são os principais fatores que influenciam na permanência dos jovens no campo, tem se tornado cada vez mais importantes. É fundamentalmente, a partir do ano de 1980, que a dinâmica da sucessão rural e o êxodo dos jovens das áreas rurais têm despertado um considerável interesse tanto na esfera acadêmica quanto política, como exemplifica Comparin (2015).

O êxodo rural não perturba apenas as comunidades rurais, mas também diversas camadas sociais urbanas, que é intrinsecamente dependente da produção familiar, de modo que o futuro da produção agrícola está diretamente relacionado à temática da sucessão familiar (Ostwald et al., 2022). Deste modo, esta revisão busca examinar, organizar e sintetizar as descobertas recentes de outros artigos publicados que relatam o que tem ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul (RS) – Brasil em relação aos motivos e causas do êxodo rural. Visa-se, dessa forma, identificar os principais motivos e causas do êxodo rural, especialmente da população juvenil, apresentando as principais características desta população e quais são os atributos incentivadores à sucessão rural da metade norte do RS. Como objetivos específicos do artigo, citam-se os principais desafios enfrentados pela juventude rural na região em relação à sucessão; expectativas dos jovens em relação a agricultura familiar e continuidade das atividades agrícolas; e busca por motivos positivos que mantém os filhos de agricultores na propriedade. Este artigo também analisa exemplos de políticas públicas e organizações locais no enfrentamento do êxodo rural, especialmente do público jovem rural, contribuindo para o almejado processo de sucessão familiar nas propriedades rurais.

Referencial Teórico

Nos tópicos a seguir, introduz-se o embasamento para pesquisa e contextualização de fenômenos sociais e as respectivas regiões abordadas no presente artigo.

Êxodo rural

Êxodo rural é caracterizado como sendo uma migração sem retorno destinada à cidade, realizada por agricultores que abandonaram sua unidade de produção (Camarano e Abramovay, 1998). Tal fenômeno castiga intrinsecamente a agricultura familiar, detentora de uma alta importância produtiva e socioambiental, além disso, como afirma Comparin (2015), sua relevância é recente, pois recebeu importância na década de 1980 por meio da comunidade política e acadêmica, em razão do forte processo de êxodo rural, impulsionado

pela valorização do agronegócio e das monoculturas, que ocorreu durante os anos de 1980 e 90, obrigando muitas famílias a venderem suas propriedades e migrarem para os centros urbanos, em busca de melhores condições sociais e econômicas.

Fazendo um paralelo com a sucessão, muitas ocorrências de mudanças e adversidades sociais, econômicas e culturais comprometeram o processo de sucessão da propriedade rural, como por exemplo, a relação de labor e a imagem negativa do ambiente rural que estimula a vazão de habitantes desse meio (Galizoni, 2008). O estigma do afastamento da descendência de agricultores da área rural, está ganhando cada vez mais notoriedade devido a seu crescimento (Camarano e Abramovay, 1998). Este alarme é também motivado pelo fato de às áreas urbanas serem dependentes de alimentos originados da agricultura familiar (Silva et al., 2023), esta que representa a produção de 70% dos alimentos do Brasil (Salomão et al., 2021).

Quando se aborda o êxodo rural dos jovens, pode-se considerar que este é ainda mais adverso, pois o filho do agricultor é essencial para a existência do sucessor, já que, conforme Spanevello (2008) quando a sucessão na propriedade rural é por um membro não familiar, os laços e o apego com o espaço rural podem não ser efetuados e isso resulta em perda de costumes tradicionais da lavoura que comprometem o futuro. Nos piores cenários, sucede-se o abandono total da propriedade em razão da má administração, ou pela falta de interesse do proprietário não motivado durante o processo de sucessão (Spanevello, 2008).

A causa de jovens abandonarem a propriedade se dá pela soma de motivos que variam com a região e período local, em virtude de haver mais atrativos e oportunidades fora do ambiente rural e por questões de preferência ou necessidade que estimulam sua fuga. Além disso, este problema atenua-se em mulheres, pois há a priorização de homens como futuros herdeiros da propriedade, como afirma Garcez et al. (2020).

Estudos realizados por Anjos e Caldas (2005) e Froehlich et al. (2011) já alertavam para um processo de êxodo rural seletivo, com ênfase na masculinização e no envelhecimento da população rural do RS. Segundo estudo realizado por Trentin (2023), os jovens que não querem ficar no campo, enfatizam ser o trabalho mais penoso, além de considerarem a baixa remuneração do trabalho e a não sazonalidade dos ganhos, pois, com exceção da pecuária leiteira ou as atividades de engorda de suínos e aves, cujo retorno financeiro é mensal, as outras atividades demoram mais meses para dar retorno e os lucros são incertos. Além disso, o mesmo autor destaca a infraestrutura rural precária como as estradas, sinal de celular, de internet, acesso à água em quantidade e qualidade, a pouca densidade de jovens, os insuficientes espaços de lazer, o alto valor de manutenção de carros e motos, como alguns dos outros fatores que desmotivam os jovens e os idosos quando se aposentam a permanecerem nas propriedades rurais (Trentin, 2023).

Dessarte, este problema social é extremamente complexo e detentor de várias camadas para sua compreensão e busca de possíveis soluções. Os motivos, causas e consequências variam de uma região a outra, sendo necessário pesquisas e entrevistas locais para uma melhor assimilação da realidade.

Sucessão familiar

Entende-se como um processo fundamental e primordial nas áreas rurais, através deste fenômeno social o proprietário(a) experiente passará para sua prole a unidade de produção ao longo dos anos de vivência, os valores e práticas socioculturais e o conhecimento de gerenciar a propriedade (Gonçalves, 2023). Após esse processo gradativo ser findado (Spanevello, 2008), um novo ciclo iniciará garantindo um futuro para a propriedade. Spanevello (2008) destaca que a socialização com os filhos do trabalho familiar pode ser considerada uma preparação para o trabalho adulto; na agricultura familiar, os filhos aprendem a desenvolver a atividade agrícola no interior do próprio estabelecimento, através da transmissão de saberes por lenta “impregnação”, realizada através de convívio com a família.

Entende-se também que há certas preferências dos pais pelo futuro proprietário, onde os do sexo masculino são priorizados (Garcez et al., 2020), todavia, essa escolha não depende exclusivamente do bel-prazer ou aspectos culturais dos pais, mas sim de fatores externos sócio financeiros e legislativos específicos da região (Spanevello, 2008). Além disso, é também selecionado o filho com mais afinidade com as atividades rurais, como ressalta Carneiro (1999) e Juchem (2005) no artigo de Spanevello (2008):

Nesse caso, também pode ser escolhido para ser o sucessor aquele que tiver maior aptidão para a agricultura ou menor vocação para os estudos, aquele com persistência no trabalho ou com a habilidade para comandar o estabelecimento (Spanevello, 2008). Complementarmente, as mulheres apenas viram agricultoras por serem a segunda opção quando os requisitos citados anteriormente não estão disponíveis ou, na maioria dos casos, quando se unem em casamento com um detentor de terras para uso agrícola (Spanevello, 2008), acarretando na masculinização do ambiente rural.

A sucessão se dá após o filho conseguir a autonomia e confiança dos pais, ou quando os proprietários venham a falecer, além disso, também a cofatores estimulantes desse processo, como casamento do sucessor ou aposentadoria dos pais (Spanevello, 2008). Por fim, este processo garante inúmeras vantagens sociais, como o equilíbrio populacional rural/urbano, segurança alimentar garantida, sustentabilidade, conservação das paisagens naturais e valorização da cultura e do saber rural.

Metodologia

Foi realizado um diagnóstico sobre a temática do êxodo e da sucessão familiar rural, com ênfase no público jovem, considerando-se a metade norte do Estado do RS. O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados na última década, correspondendo ao período de 2014 a 2024. A pesquisa foi realizada na Internet, a partir de sites como Scielo, Scopus e Google Acadêmico, utilizando-se dentre os termos de busca os temas: “agricultura familiar”, “êxodo rural”, “êxodo de jovens rurais”, “saída do jovem rural do campo”, “sucessão familiar rural”, dentre outros. Considerou-se ainda, para a seleção dos artigos, aqueles cujos dados tivessem sido coletados por meio da aplicação de entrevistas e/ou questionários com respostas pré-formuladas, conduzidas em escolas agrícolas e/ou propriedades rurais. O processo de busca possibilitou a seleção de 17 artigos que foram utilizados neste trabalho revisional, cujas informações relacionadas aos respectivos municípios de origem, regiões, autores e temáticas abordadas (assunto), são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Principais artigos utilizados na elaboração da revisão bibliográfica sobre “sucessão familiar de jovens rurais da metade norte do Estado do RS/ Brasil”, com a citação do(s) município(s) de origem da pesquisa, região, autores, ano de publicação e assunto principal abordado

Município	Região	Autor e ano	Assunto
Indefinido	Todas as regiões	Breitenbach e Corazza (2021)	Educação
Cruz Alta, Crissiumal, São Martinho, Sede Nova, Coronel Bicaco, Redentora e Campo Novo	Noroeste	Boscardin et al. (2021)	Perfil habitacional
Bom progresso, Três Passos, Coronel Bicaco, Chiapetta, Humaitá, Miraguai, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Tiradentes e Tenente Portela	Noroeste	Souza (2022)	Motivação de permanência e gênero
Três Passos	Noroeste	Garcez et al. (2020)	Carência, Desvalorização Improdutividade e soluções
Três Passos e Tiradentes do Sul	Noroeste	Gulart et al. (2021)	Carência, Falta de atrativos e envelhecimento rural
Constantina	Noroeste	Rossetti (2014)	Falta de atrativos
São Martinho	Noroeste	Stroher et al. (2017)	Envelhecimento rural
Bento Gonçalves	Nordeste	Monteiro et al. (2021)	Masculinização da lavoura
Ipiranga do sul	Nordeste	Breitenbach et al. (2023)	Labor na lavoura, masculinização, educação
Serafina Corrêa	Nordeste	Rigoni (2022)	Soluções, qualificação juvenil e incentivo
Nova Araçá	Nordeste	Stuani et al. (2016)	Valorização do agricultor e influência dos genitores
Itapuca	Nordeste	Burille (2022)	Improdutividade da lavoura e PRONAF
Venâncio Aires	Centro-oriental	Weber (2017)	Desconfiança dos genitores e relatos motivacionais
Relvado	Centro-oriental	Carboni (2022)	Estabilidade via posse de benfeitorias
Feliz	Norte-Metropolitana	Dahmer (2022)	Inviabilidade da lavoura, desvalorização, desconfiança dos genitores e perfil educacional
Nova Hartz	Norte-Metropolitana	Santos (2023)	Perfil educacional
Nova Petrópolis	Norte-Metropolitana	Deus (2022)	Êxodo pela falta de receita

Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

Os artigos citados na Tabela 1 foram utilizados para a apresentação inicial das principais características da população de jovens rurais participantes das pesquisas realizadas, identificando-se o perfil desta população com base no sexo (masculino ou feminino), nas condições de acesso à educação, do ambiente habitacional, bem como dos aspectos motivacionais que mantêm os jovens no meio rural. Na sequência, as informações coletadas nos artigos citados foram utilizadas com vistas na identificação dos principais motivos e das causas do êxodo rural desta população juvenil. Além disso, é destacado à posteriori, quais são os atributos incentivadores à sucessão rural, especialmente na metade norte do Estado do RS, cuja caracterização é apresentada no tópico abaixo, e alguns exemplos de programas e políticas públicas que poderiam contribuir para a redução dos problemas associados à falta de sucessão rural, para a valorização e incentivo ao produtor rural.

Por fim, são apresentadas algumas considerações finais que reforçam a importância da realização de mais pesquisas sobre as temáticas “êxodo e sucessão familiar do jovem rural”.

Caracterização do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

O Estado do Rio Grande do Sul (RS), detentor de uma área territorial de 281.707,151 km² e uma densidade demográfica de 38,63 hab/km² (IBGE, 2022), é reconhecido também como o quarto mais rico do Brasil. Referente ao desenvolvimento humano, avaliando os fatores de renda, saúde e educação do povo, o Índice possui o valor de 0,771, estando entre os 5 estados nacionais com o maior valor (IBGE, 2022).

No Brasil, a revolução verde iniciada a partir de 1950, provocou alterações no meio rural, com grandes levas de agricultores migrando para centros urbanos ou para novas fronteiras agrícolas. Ainda, o uso intensivo de máquinas e equipamentos pesados compactou os solos provocando grandes processos erosivos e associado a isso, o uso constante de agrotóxicos contaminou os ambientes e provocou a diminuição da biodiversidade (Trentin, 2015).

Nas últimas décadas com a introdução de novas variedades de plantas e sementes transgênicas, os processos de dependência econômica frente as multinacionais aumentaram. Esses processos resultaram na diminuição da autonomia das famílias e a contaminação dos ecossistemas se intensificou devido ao aumento no uso de agrotóxicos. A pobreza rural também cresceu, especialmente em regiões com solos íngremes e baixa fertilidade natural, pelo uso de sementes híbridas e insumos agroquímicos externos, principalmente (Trentin, 2019). Neste contexto, a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também deve ser considerada como um setor importante que contribui expressivamente para a geração de riqueza na economia não só do setor agropecuário, mas do Brasil (Guilhoto et al., 2007). Dentre as cinco regiões do país, a região Centro-Oeste e a Sul se destacam por possuírem grande parte de suas economias embasadas no setor rural, mas, enquanto a primeira possui total predominância do segmento patronal, a segunda, com destaque para o Estado do RS, é caracterizada por uma agricultura familiar bastante dinâmica (Guilhoto et al., 2007).

A importância da agricultura familiar para o RS é evidenciada pelos dados do censo de 2017 que, ao destacar que, do total de 365.094 estabelecimentos agrícolas reconhecidos no Estado, classifica 80% destes, ou seja, 293.892 estabelecimentos, como familiares (Conterato et al., 2021). Em termos de produção agropecuária, o Estado é líder em vários segmentos do agronegócio familiar, dentre os quais podem ser destacados a produção de fumo, a indústria tabagista a produção de trigo soja, arroz (Guilhoto et al., 2007), além do milho, aves de corte e poedeiras, pecuária de corte, produção leiteira e a suinocultura, que são atividades culturais que trazem renda para as propriedades familiares, e ainda movimentam a economia do RS (Noskoski et al, 2023).

Resultados e Discussões

Nos tópicos abaixo são apresentadas algumas características relacionadas ao perfil dos jovens agrícolas conforme relatado nos estudos citados na Tabela 1. As principais informações relatadas dizem respeito ao sexo, perfil educacional, condições habitacionais

e motivacionais dos jovens integrantes dos artigos abordados neste trabalho (Tabela 1).

Perfil dos jovens agrícolas

Nos tópicos abaixo são apresentadas algumas características relacionadas ao perfil dos jovens agrícolas conforme estudos citados na Tabela 1. As principais informações relatadas dizem respeito ao sexo, perfil educacional, condições habitacionais e motivacionais dos jovens integrantes dos artigos abordados neste trabalho (Tabela 1).

Souza (2022) observa em sua pesquisa que, embora o número de jovens do sexo masculino seja ligeiramente maior, as jovens mulheres que permanecem no campo mostram-se igualmente engajadas pela busca de papéis de liderança (Souza, 2022). Dessa forma, percebe-se que, embora haja sobrecarga de trabalho para essas mulheres habitantes das localidades rurais, essa situação é semelhante ao que é observado para as mulheres urbanas (Souza, 2022). Além disso, revelou que 45,2% dos jovens rurais têm como objetivo seguir carreira na agricultura, sendo que, da porcentagem de jovens que expressou esse desejo, a maioria é do sexo masculino.

No mesmo tema, segundo dados obtidos através do Censo Agropecuário (2017), o município de Itapuca/RS possui 426 estabelecimentos comandados pelo sexo masculino e apenas 32 estabelecimentos comandados pelo sexo feminino (IBGE, 2017). Essa situação exemplificada deixa claro quais são as dificuldades em relação à questão de gênero no meio rural, onde observa-se a predominância da masculinização (Burille, 2022).

No trabalho realizado por Breitenbach e Corazza (2021), com 743 jovens estudantes filhos de agricultores, o perfil foi de 46,7% de mulheres e 53,3% de homens. Em outro estudo sobre sucessão rural realizado na região Noroeste do RS, Boscardin et al. (2021), também observaram uma maioria de jovens do sexo masculino vivendo no meio rural, com destaque para os dados obtidos em relação ao município de Crissiumal, onde, dos 26 entrevistados, nove eram mulheres (34,62%) e 17 homens (65,38%), evidenciando a predominância da masculinização no meio rural.

Perfil educacional

Os resultados da cidade de Ipiranga do Sul/RS, conforme relatado por Breitenbach et al. (2023), revelaram o fato da maioria dos filhos de agricultores da amostra possuírem formação superior relacionada às ciências agrônômicas. No artigo de Burille (2022) realizado em Itapuca, onde a economia é predominantemente agrícola, destaca-se que a sucessão é predominantemente masculina, com os herdeiros geralmente detentores de ensino superior e com planos de permanecer na propriedade familiar após a conclusão dos estudos (Burille, 2022). A partir das respostas obtidas, nota-se o incentivo dos pais para que os filhos busquem qualificação.

Em estudo conduzido por Dahmer (2022) na Região do Vale do Caí, tendo como foco questões de sucessão, planejamento e percepções futuras da propriedade, identificaram resultados de que a maioria dos proprietários possui ensino médio. Enquanto, no município de Nova Hartz, localizada no norte da Região Metropolitana, Santos (2023) afirma sobre a educação, que nenhum de seus entrevistados possui formação em ensino superior voltado para o agronegócio, além disso, a maioria detém apenas ensino médio ou fundamental, com poucos tendo formação técnica. Assim, ficam evidentes as diferenças entre as regiões do Estado.

Por fim, referente ao ensino superior, houve indícios de que a maioria dos jovens planeja cursar uma graduação, sendo a área de Ciências Agrárias a preferida (Breitenbach e Corazza, 2021). Portanto, ressalta-se a palavra do autor, que infere que em situações em que o curso não esteja relacionado às Ciências Agrárias, as chances de retorno e interesse pela lavoura são menores (Breitenbach e Corazza, 2021).

Esses achados são complementados por dados que revelam que os jovens rurais dessas regiões possuem o ensino médio completo, sendo assim um fator aceitável. Referente aos futuros estudantes de ensino superior, as ciências agrárias é a área preferida, como indicado por Breitenbach e Corazza (2021).

Para finalizar este tópico, é importante reconhecer o perfil, identidade, contexto social e local, pois esses podem variar de estado para estado, de acordo com a região, município, e até mesmo, de uma propriedade vizinha para outra. É somente a partir da obtenção de informações relacionadas ao perfil populacional e às principais características da população jovem que será possível se obter um panorama geral e acurado em relação às possibilidades e perspectivas de sucessão no meio rural, bem como elaborar políticas públicas que contribuam para possíveis soluções que poderiam se encaixar para incentivar a sucessão rural familiar e melhorar a qualidade de vida dessa população.

Perfil habitacional

No que se refere ao perfil habitacional, utilizando-se como exemplo comparativo, o trabalho realizado na região noroeste por Boscardin et al. (2021), os quais relatam que cerca de 5,7% dos entrevistados optam por residir na propriedade dos pais, onde se envolvem tanto em atividades agrícolas tradicionais quanto em novas atividades não agrícolas como agroindústrias e turismo rural, representando assim uma oportunidade de permanência no campo. Outros 37,7% vivem separadamente dos pais, mas permanecem envolvidos nas atividades agrícolas da propriedade, destacando-se como um grupo significativo na dinâmica rural (Boscardin et al., 2021).

No entanto, nesse mesmo estudo, observou-se que metade dos entrevistados reside na cidade, embora ainda participem das atividades agrícolas da propriedade dos pais, buscando renda adicional através do emprego na zona urbana (Boscardin et al. 2021). Deste modo, deduz-se o fato de o modelo de sucessão geracional ainda estar presente, especialmente quando os jovens permanecem e participam dos negócios familiares. No entanto, como observado por Boscardin et al. (2021), há uma crescente preferência de alguns jovens por permanecer no ambiente rural, ao mesmo tempo em que buscam oportunidades ou consideram a migração para áreas urbanas.

Outro fator importante dentro do aspecto habitacional diz respeito às condições da moradia, que foi abordado no trabalho de Garcez et al. (2020), onde os agricultores familiares também foram questionados sobre as condições de infraestrutura da propriedade, se as benfeitorias para a moradia (casa) atendiam as necessidades das famílias. Como resultados, a maioria das famílias afirmou que as benfeitorias atendiam às suas necessidades e que não teria necessidade de melhorar a infraestrutura da propriedade. Por outro lado, três famílias, do total de 20 participantes da pesquisa, informaram não estarem satisfeitas com as condições das instalações como foi por exemplo, o caso da família “5”, em que o entrevistado relatou: *“A casa é boa, até agora está servindo, mas precisamos aumentar e fazer algumas reforminhas pra ficar mais bonita e maior”* (Garcez et al., 2020:508).

Sendo assim, é também relevante considerar a necessidade de proposição e fortalecimento de políticas públicas e ações que possibilitem o acesso à moradia em condições adequadas, que propiciem um mínimo de conforto para os jovens e suas famílias em processo de sucessão rural, com vistas no estímulo à permanência desta população no meio rural.

Perfil motivacional

Grande parte dos entrevistados de uma cidade do nordeste gaúcho, em pesquisa realizada por Stuani (2016), afirmou permanecer na propriedade, reconhecendo a importância do seu desempenho na sociedade por produzir alimentos (Stuani et al., 2016). Não obstante, enfoca-se na resposta de um dos participantes que embora o êxodo rural tenha resultado na redução do número de agricultores no meio rural, este fenômeno culminou também na valorização dos mesmos (Stuani et al., 2016).

Como exemplo de comparação, no que diz respeito aos motivos instigadores dos jovens em permanecer na lavoura, o estudo de Souza (2022) destaca várias razões, de acordo com os seguintes dados observados: 58% dos entrevistados apontam o gosto, amor e paixão pela atividade e pelo campo como motivos para permanecer ou retornar à agricultura; 42% mencionam a responsabilidade com a família e a continuidade do trabalho; e 25% destacam a qualidade de vida no campo (Souza, 2022).

A produção de alimentos e a independência são citadas por 58% dos entrevistados, seguidas pela liberdade e oportunidade de ter um negócio próprio, mencionado por 21% deles; a importância da renda e uma remuneração satisfatória são motivos para 17% dos entrevistados, e 13% mencionam o contato com a natureza como um fator importante (Souza, 2022).

Breitenbach e Corazza (2021) enfatizam que os jovens se sentiriam mais motivados a ficar na agricultura se fosse maior o apoio dos pais e o incentivo financeiro. Os mesmos autores (Breitenbach e Corazza, 2021:15) também destacam os seguintes fatores como responsáveis por estimular o jovem rural a ser o filho sucessor e permanecer no campo: quantidade de terra que seus pais têm (se tem área de terra suficiente); boa remuneração das atividades que desenvolvem no campo; investimentos que os pais realizaram na propriedade (tecnologia e melhorias de modo geral); incentivo de políticas públicas; autonomia dada pelos pais para participar das decisões referentes à propriedade; relações de confiança com vizinhos e comunidade no campo; possibilidade de alimentação e moradia barata.

Principais problemas e desafios

Diante dos artigos pesquisados no território norte-rio-grandense, conforme Tabela 1, notou-se que há certos desafios e adversidades que ocorrem em propriedades, e estas minam o fenômeno de sucessão rural. Com isto em mente, pode-se ter de forma empírica, a essência dos principais obstáculos associados ao processo de êxodo rural e sucessão dos jovens em propriedades familiares. Ainda deve-se frisar que cada propriedade possui suas próprias características culturais, geográficas, ambientais, produtivas e familiares, de modo que cada uma apresenta as suas especificidades. Tais problemas e desafios são discutidos na sequência:

1. Ausência de descanso devido ao longo da diária de trabalho

Dentro destes impasses, pode-se citar o fato da jornada de trabalho ser bastante variável e por vezes exaustiva, sendo diferenciada quando comparada com a jornada de trabalho dos centros urbanos, pois não possui uma carga horária fixa e pode exceder ou ser reduzida das estipuladas oito horas básicas diárias, previstas da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Elucida-se que as horas de trabalho no meio rural tendem a ser maleáveis, variando de acordo com as necessidades e requisitos das atividades na lavoura e demais demandas da propriedade, o que resulta em um bom e mau fator, pois podem exceder demais o tempo e a energia do jovem agricultor ou garantir apenas o trabalho necessário com horas reduzidas (Garcez et al., 2020).

Elencando com este tópico, não se pode deixar de destacar a necessidade de eventual realização de trabalho braçal, destinados culturalmente aos homens, como sendo uma das causas do desestímulo à permanência do jovem no meio rural. Associado a essa temática, o artigo de Breitenbach et al. (2023), realizado no município de Ipiranga do Sul, cita a falta de incentivo oriundo dos genitores, por conta do labor vindo das atividades rurais, como afirma um dos entrevistados: *“Teve menos incentivo (da mãe), ela achava sofrido trabalhar no interior, e sempre falava pra eu arrumar um serviço fora”* (Breitenbach et al., 2023:111).

Um dos próprios entrevistados da pesquisa citada acima narra o hábito de estimular a permanência na agricultura do filho homem: *“Sim, a maioria dos pais incentivam o filho homem desde pequeno. Acho que é por costume de pensar que tem que ser o homem”* (Breitenbach et al., 2023:113). Essa característica cultural dificulta a permanência de jovens mulheres no campo o que, segundo Monteiro et al. (2021) se agrava quando há alguma possibilidade das mulheres permanecerem como futuras sucessoras, pois há de certo modo, um consenso comunitário de que os serviços braçais não devem ser destinados a elas e todo incentivo de permanência na propriedade rural deve ser voltado para os homens.

Como complemento, Weber (2017) ressalta em sua pesquisa realizada na região Centro-Oriental, a preferência do homem para cuidar da lavoura pelos genitores, motivado pelo aspecto cultural machista promovendo a masculinização da lavoura e êxodo rural feminino. Entretanto, é importante destacar o fato desta perspectiva ser atualmente considerada, como arcaica, uma vez que a atual mecanização tornou mais simples a realização das operações agrícolas, possibilitando que todos os herdeiros, independentemente do sexo, estejam aptos para assumir tanto as tarefas produtivas, quanto as administrativas (Weber, 2017).

Apesar dos desafios mencionados, Breitenbach et al. (2023) observam que, conforme relatado pelas entrevistadas, os avanços tecnológicos e melhorias na infraestrutura das propriedades agrícolas permitem às mulheres desempenharem com eficácia suas responsabilidades, como destacado por uma das entrevistadas: *“A geração dos nossos pais geralmente pensa dessa forma, por cultura, de achar que a mulher não pode trabalhar na propriedade, por questão de esforço físico e porque gostam de estudar e trabalhar na cidade. Hoje as coisas mudaram, a nossa geração já não pensa mais dessa forma, hoje é tudo mecanizado e qualquer pessoa pode trabalhar, independente do sexo”* (Breitenbach et al., 2023:113).

2. Falta de maquinários e benfeitorias

Outro ponto a ser mencionado, refere-se a abordagem relacionada às benfeitorias e maquinários disponíveis nas propriedades rurais para as atividades agropecuárias, já que estes poderiam estar muito depreciados ou ausentes, comprometendo o progresso da propriedade assim como a satisfação dos jovens rurais em permanecer no meio rural nestas condições. Nota-se a dificuldade de pequenos proprietários em ter acesso financeiro para obtê-los, como cita Garcez et al. em artigo produzido a partir de estudo realizado na Região Celeiro (RS), sendo que, em uma propriedade carente de benfeitorias para o sistema de criação de animais e com dificuldade e ausência de apoio financeiro para adquiri-las, um dos entrevistados fez a seguinte afirmação: *“A gente até queria começar a produzir suínos, mas para instalar um chiqueirão é muito caro e não recebemos incentivos para isso”*. Do mesmo modo, durante a visita à propriedade “5”, a família afirmou: *“A gente queria ter umas vacas de leite, mas os equipamentos são caros, além disso, não temos incentivo e o preço do leite tá muito baixo”* (Garcez et al., 2020:509).

Neste contexto, em estudo realizado no município de Relvado/RS, cerca de 60% dos jovens consideram a presença de máquinas extremamente importante para a permanência nas propriedades rurais (Carboni, 2022). Complementarmente, em um artigo-entrevista realizado em um município da região Noroeste do RS, escrito por Gulart et al. (2021), mencionou-se que um dos principais motivos relacionados ao aumento na quantidade de leite produzido, entre os agricultores produtores entrevistados, foi a adoção de novas tecnologias, que tiveram papel fundamental na otimização do tempo para realização das atividades, diminuição da mão-de-obra no setor e no incremento significativo de renda para as propriedades, assim o acesso e uso da tecnologia é considerado o grande marco da atividade leiteira.

Na mesma temática, Boscardin et al. (2020), evidenciam dentre as características importantes para o processo sucessório as práticas produtivas e tecnologias adotadas nas propriedades rurais e o nível tecnológico, especialmente dos maquinários e equipamentos, já que para a realização das atividades agropecuárias, há uma demanda dos jovens por um menor esforço físico e uma menor penosidade no trabalho.

Dentro deste contexto, Trentin (2023) ressalta que os agricultores têm reclamado dos financiamentos para máquinas, que aumentam de preço a cada semestre, de tal modo que, nem se termina de pagar um tipo de plantadeira por exemplo, e as empresas já começam a oferecer outro modelo bem mais cara e com alguma tecnologia a mais. Assim, os agricultores que financiam entram num círculo vicioso no qual os financiamentos nunca terminam, devido à constante publicidade das empresas do setor (Trentin, 2023).

3. Dificuldades econômicas associadas à produção agropecuária

A inviabilidade econômica da lavoura, geralmente resultante dos baixos incentivos, baixo valor do produto vendido e alto custo dos insumos, bem como adversidades que impactam a produtividade, também comprometem a futura sucessão rural (Dahmer, 2022), criando assim uma sensação de desilusão e estimulando a busca por novas oportunidades em outros lugares e destinos que não se remetem à propriedade rural dos genitores. Garcez et al. (2020), em pesquisa realizada, citam que as dificuldades econômicas, relatadas pelos entrevistados, estão em geral atreladas aos preços dos insumos, já que estes aumentam gradativamente enquanto que o valor de venda da produção fica estagnado.

Em relação à saída da população do meio rural, destaca-se a grande evasão da atividade

leiteira ocorrida na região metropolitana, conforme citado em artigo de Deus (2022), onde os produtores acabaram por tomar a decisão de interromper a produção leiteira e investir em outras atividades mais rentáveis, motivados pelo déficit na atividade. Consequentemente, os produtores juvenis desistiram da atividade por considerá-la economicamente inviável. O autor também registra uma tendência de se optar por atividades alternativas como solução aos problemas da atividade leiteira, como a olericultura, a produção de frutas ou até mesmo a criação de bovinos de corte (Deus, 2022). Dessarte, os pequenos produtores enfrentam dificuldades semelhantes, como a falta de mão-de-obra, problemas de saúde e a falta de sucessão familiar, mas optaram por abandonar a atividade leiteira em busca de oportunidades promissoras (Deus, 2022)

No mesmo tópico, Rigoni (2022) em uma pesquisa realizada com propriedades familiares no município de Serafina Corrêa/RS, que têm como atividade principal a produção leiteira, identificou que a desvalorização da produção devido às indústrias priorizarem os pagamentos para os grandes produtores ocasiona dificuldades com a atividade. Breitenbach e Corazza (2021) evidenciam que, dentre os jovens que ainda não decidiram sobre ficar ou sair do campo, uma das motivações que os estimula a ficar no campo seria a possibilidade de terem maior incentivo financeiro e remuneração constante na atividade agropecuária.

Outro aspecto interessante a se ressaltar, em relação ao estudo realizado por Deus (2022), na região metropolitana, é que no caso de propriedades rurais onde os produtores possuem mais idade e experiência, também ocorreu a saída dos filhos em busca de mais oportunidades fora do meio rural, mas que, esse não teria sido o fator determinante para a desistência da atividade de produção leiteira, já que a falta de sucessão familiar na propriedade não foi citada como motivo principal para a maioria dos entrevistados.

Sendo assim, mesmo quando a sucessão familiar não está definida, fatores paralelos como viabilidade econômica e condições de trabalho podem apresentar um peso mais elevado na tomada de decisão em continuar ou abandonar a atividade de produção leiteira (Deus, 2022). O trabalho de Carboni (2022) também destaca dentre os principais motivos para a saída dos jovens do meio rural, a longa jornada de trabalho e a falta de lazer, bem como a ausência de infraestrutura adequada.

Portanto, as dificuldades associadas à produção agropecuária estão, na maioria das vezes, associadas aos altos custos de produção, condições climáticas adversas e a escassez de mão-de-obra, não obstante, os aspectos ambientais e de relevo da propriedade também podem afetar negativamente a produtividade e ocasionar o desinteresse do futuro proprietário em permanecer na propriedade rural. Como exemplo dessa situação, Burille (2022) ressalta o fato das propriedades com topografia irregular e montanhosa apresentarem a impossibilidade de maquinários agrícolas trafegarem na propriedade, resultando assim em maiores dificuldades no sistema de produção e a condição de manter maior produtividade somente em pequenas glebas.

4. Dificuldades de acesso às propriedades rurais

A localidade onde se encontra a propriedade rural também é considerado como um fator importante, pois caso esteja localizada em uma área muito remota em relação à sede do município, especialmente no caso das pequenas propriedades com menos recursos disponíveis, haverá dificuldades para o acesso aos serviços básicos e qualidade de vida

(Garcez et al., 2020), além das dificuldades de contato com as áreas urbanas com vistas na comercialização de produtos ou mesmo com a finalidade de convívio social.

Em um artigo de Breitenbach et al. (2023), elaborado a partir da realização de entrevistas de jovens estudantes rurais de 56 municípios riograndenses, cita-se a opinião por parte dos entrevistados, de que as propriedades rurais mais afastadas (geograficamente) da cidade são consideravelmente isoladas, dificultando os estudos para o jovem, bem como a aquisição de insumos e os fluxos da produção e a busca por atrativos.

Semelhantemente, em um estudo realizado na região celeiro do noroeste gaúcho, os entrevistados do artigo de Garcez et al. (2020:510), citaram que possuem boas condições de acesso aos serviços básicos, todavia, há a menção de algumas dificuldades como as más condições das estradas rurais, falta de acesso ao transporte público e de apoio do governo, como afirma um proprietário: “*O governo só faz coisas para os grandes e esquece dos pequenos*”.

Como paralelo, no que diz respeito à educação, o que se dispõe de acesso no interior é em geral até o nível de ensino técnico, de tal modo que, se o jovem quiser buscar a realização de um curso superior e de uma especialização, precisará migrar para cidade em busca dessa possibilidade (Gulart, 2021). É importante destacar que, caso o curso superior seja concluído, apenas uma minoria dos jovens tem a intenção de retornar ao campo após completar seus estudos (Breitenbach et al., 2021). Mas, se os ganhos na propriedade rural fossem mais significativos ou houvesse mais valorização do jovem na propriedade, as chances de retornar para a lavoura certamente aumentariam (Breitenbach e Corazza, 2021).

5. Carência de atrativos de lazer

Atividades de lazer e a realização de práticas recreativas no meio rural são, em geral, consideradas como ações secundárias para quem vive no meio rural, já que este é percebido como sinônimo de área de produção agropecuária (Maziero et al., 2019). No entanto, como para qualquer indivíduo, para às famílias e para os jovens que vivem no meio rural, é necessária a presença de atrativos que atendam as necessidades relacionadas aos aspectos culturais e recreativos que amenizam a tensão (Rossetti, 2014).

O ser humano dispõe de uma necessidade social e de convívio com outras pessoas para momentos de lazer e recreação. Quando se busca qualidade de vida para as pessoas que residem no campo, conforme citam Maziero et al. (2019), esse conceito vai além do aumento de renda como bem-estar, mas que a qualidade somente será assegurada quando aqueles que vivem no meio rural tiverem os mesmos acessos e condições que o espaço urbano, à saúde, educação, comunicação, ao esporte, ao lazer e outros no seu local de moradia e comunidade. Sendo assim, atrativos de lazer próximos ao ambiente rural das propriedades são fundamentais para se evitar o pensamento errôneo da propriedade ser sinônimo de tédio e labor (Rossetti, 2014). Contudo, caso o jovem tenha essa percepção do seu espaço ser apenas trabalho agrícola árduo munido com a falta de motivação dos genitores, resultará na consequência de se acreditar que na cidade terá mais oportunidades (Rossetti, 2014)

Conclusivamente, é urgente e necessário pensarmos na permanência e na reprodução das famílias rurais através da elaboração de estratégias que promovam o lado social e a criação de infraestruturas que atendam as regiões do meio rural (Maziero et al., 2019).

6. Desvalorização da comunidade rural

A falta de motivação e de valorização do produtor rural ao longo do tempo, assim como ocorre para qualquer ser humano que desempenha uma determinada função, certamente afeta negativamente àqueles que vivem no meio rural, além de condições que possibilitem o acesso a melhoria dos aspectos financeiro, material e de bem-estar, deve também existir o reconhecimento capaz de estimular o orgulho e auto valorização do indivíduo.

Com base nesta temática, cita-se como exemplo, a manifestação dos proprietários rurais do norte da região metropolitana entrevistados por Dahmer (2022), que, embora tenham demonstrado satisfação com o seu trabalho, apontaram como aspecto negativo para a família a falta de reconhecimento da sociedade, sendo que, esse reconhecimento é considerado como muito importante para a satisfação do indivíduo.

Caso o jovem tenha uma visão depreciativa da lavoura, e não sejam realizadas ações capazes de contribuir para valorização do meio rural e do produtor agropecuário, o cenário culminará com o abandono da propriedade, como cita um jovem no artigo de Garcez et al. (2020), ao afirmar de forma veemente que essa desvalorização influenciou sua decisão de não permanecer na propriedade rural, conforme relatado: *“Não quero ficar na propriedade porque não gosto de morar pra fora e porque o agricultor não é valorizado, na cidade a gente tem mais oportunidades”* (GARCEZ et al., 2020:510). O artigo revisional de Monteiro et al. (2024), produzido a partir da temática da sucessão na agricultura familiar brasileira, também cita, dentre outros aspectos, a desvalorização da agricultura como um dos principais fatores que influenciam negativamente a continuidade nas atividades rurais.

7. Falta de apoio e confiança dos pais

Por fim, finda-se os aspectos relacionados às adversidades associadas com a falta de apoio e diálogo vindo dos familiares. Um comportamento comum em famílias é a falta de confiança dos pais para os filhos assumirem postos ou decisões na lavoura. A resistência dos mais velhos e experientes em aceitar as opiniões dos filhos, embora seja comum no ramo familiar/profissional, é motivada por inúmeros motivos e características, ocasionando na insatisfação e desapego da prática rural dos possíveis futuros herdeiros (Dahmer, 2022).

Na pesquisa de Stuaní (2016), na região nordeste do estado, percebeu-se que a maioria dos jovens não estava sendo preparada para assumir as propriedades, pois as principais decisões relacionadas às atividades ainda eram tomadas principalmente pelos pais, ressaltando a falta de um planejamento para a sucessão.

Como complemento deste comportamento, o trabalho de Weber (2017) realizado na região centro-oriental, cita o relato de um dos jovens entrevistados, que foi escolhido pelos pais para administrar a lavoura, mas que ao tentar implementar outros cultivos, ainda encontra resistência dos pais. Essa situação evidencia um conflito comunicativo entre pai e filho, alimentado por desconfiança e costumes ultrapassados, cujo extremo pode aumentar as frustrações do jovem e levá-lo a abandonar o campo (Weber, 2017).

A resistência dos mais velhos em aceitar as opiniões dos filhos também pode resultar na insatisfação e desapego dos possíveis herdeiros em relação à prática rural (Dahmer, 2022). Em contrapartida, há casos onde jovens são fortemente influenciados pelos pais para deixarem a propriedade, visto que esses apresentam opiniões depreciativas sobre

o local onde vivem e estimulam seus filhos a buscar mais oportunidades fora do campo (Stuani, et al. 2016).

A soma de todas essas adversidades que impedem a sucessão e renovação na comunidade rural, resultará no inevitável envelhecimento populacional. Como exemplificação, na pesquisa de Gulart et al. (2021) realizada em propriedades leiteiras do município de Tiradentes do Sul/RS e Três Passos/RS, os autores não identificaram entrevistados participantes da pesquisa menores de 20 anos, bem como grande parte destes (65%) era representado por pessoas acima dos 40 anos. Complementarmente, os pequenos proprietários de gado leiteiro de São Martinho/RS demonstraram o fenômeno da redução do tamanho das famílias, já que cerca de 45% dos casais entrevistados possuíam menos de 2 filhos, cujo efeito, também pode afetar a sucessão rural (Stroher, 2017).

Alternativas para os problemas e desafios

Dentre as principais estratégias que poderiam contribuir para a redução dos problemas associados à falta de sucessão rural seriam as já citadas valorização e incentivo ao produtor rural, como a implementação de políticas públicas na área.

Programas e políticas públicas visando a redução do êxodo e a sucessão familiar

As alternativas envolvem não apenas fornecer acesso a serviços essenciais como saúde e educação, que muitas vezes estão mais disponíveis nas cidades, mas também à implementação de políticas públicas (Garcez et al., 2020). Essas políticas visam não só melhorar a qualidade de vida no campo, mas também criar um ambiente ideal para os jovens se sentirem incentivados a permanecer nele (Garcez et al., 2020). Além disso, Rigoni (2022), ressalta a importância do diálogo e do incentivo familiar, produzindo-se um ambiente mais propício para a permanência dos jovens no meio rural

Rigoni (2022) também destaca o comportamento de muitos jovens rurais ao buscarem uma qualificação em áreas relacionadas à agricultura e gestão, assim permitindo uma capacitação para contribuir de forma mais significativa para o desenvolvimento das propriedades, havendo maiores as chances de o jovem retornar e/ou ficar na propriedade caso as Ciências Agrárias sejam a área da sua graduação (Breitenbach e Corazza, 2021). O acesso à educação apresenta um papel crucial para a construção do indivíduo e cabe ao estado estimular e possibilitar esse acesso, através de escolas disponíveis no meio rural e viabilização de transportes para evitar o pensamento depreciativo do ambiente rural vindo de pais e jovens ansiosos por uma boa educação.

É crucial entender que o êxodo rural não é apenas uma questão meramente econômica, como enfatizado pela FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul) em seu relato de 2021. Deve-se compreender como aspecto sociocultural e histórico, com famílias rurais sonhando em viver com dignidade e segurança no campo, já que muitas dessas famílias desejam ver uma continuidade no projeto familiar, com seus filhos assumindo a gestão da propriedade (Rigoni, 2022).

Com isso em mente, diversas organizações, como sindicatos, secretarias de agricultura e assistência técnica, desempenham um papel muito importante no apoio às

famílias e comunidades rurais. Eles oferecem capacitação em diversas áreas, gestão das propriedades e auxiliam na promoção de políticas públicas com a missão da manutenção das propriedades (Rigoni, 2022).

Como exemplo de projeto, no município de Serafina Corrêa/RS há o «Jovens do Agro», que busca proporcionar condições semelhantes de infraestrutura urbana para as áreas rurais visando promover o desenvolvimento e a permanência dos jovens no campo, neste caso, o programa conseguiu fornecer acesso à internet para moradores do campo (Rigoni, 2022).

Além disso, já existem políticas públicas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e programas municipais de auxílio financeiro e assistência técnica, os quais, tem como meta é refrear o envelhecimento da população rural e a evasão dos jovens que podem comprometer a segurança alimentar e a igualdade social (Burille, 2022). Weber (2017) destaca a importância dessas políticas públicas no apoio à produção familiar, como a facilitação do consumo e produção de produtos locais.

O relato de diferentes jovens mostra a diversidade de experiências e desafios enfrentados por aqueles que optam por permanecer no campo. Desde o investimento na diversificação da produção até a busca por qualificação e a superação das dificuldades na gestão das propriedades, onde cada história destaca a importância de políticas e apoios específicos para garantir a sucessão.

Por fim, a título de incentivo aos jovens que ainda acreditam na permanência no campo, relata-se a situação apresentada por Weber (2017) em que um jovem (denominado de J1 no artigo), do município de Venâncio Aires/RS, que trabalha em uma propriedade voltada para a produção leiteira, teve o reconhecimento da importância do seu trabalho ao ponto de investir no beneficiamento do leite para fazer queijos, nata e outros derivados (Weber, 2017).

Essa valorização do trabalho do jovem foi facilitada por meio de políticas públicas incentivadoras do consumo e da produção de produtos de indústrias familiares e órgãos como a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) que qualificaram e orientaram (Weber, 2017). No entanto, Trentin (2023) salienta que a diversidade de formas de ocupação na agricultura familiar faz com que muitos não consigam acessar as políticas públicas, pois não possuem nenhum documento que comprove a residência e a atividade rural.

Por outro lado, os relatos acima explicitam a complexidade e a diversidade de experiências enfrentadas pelos jovens rurais em permanecer neste ambiente, destacando a importância não apenas de políticas públicas, mas também do apoio emocional e do investimento em capacitação para garantir a sucessão nas propriedades. Sendo assim, até mesmo para a manutenção do número, mesmo que reduzido a cada ano de agricultores familiares é necessária a elaboração de novas políticas públicas em especial de infraestrutura, estradas, comunicações, ciência e tecnologia, educação vocacionada, seguridade social, inclusão produtiva, renda mensal, agrovilas, entre outros, de forma urgente (Trentin, 2023).

Boscardin et al. (2021) frisam que, a maioria dos resultados de trabalhos que trataram do tema sucessão rural revela que os encaminhamentos ou arranjos sucessórios relatados pelos entrevistados apresentam distintas características, não tendo na sucessão geracional tradicional o único modelo. Com base nisso, os autores reforçam que essa complexidade

e os meios de permanência diferenciados tornam também urgente e importante pensar a reprodução social do meio rural a partir das ações de desenvolvimento e políticas públicas que oportunizem distintos projetos pessoais e profissionais dos jovens quanto a ficar no rural e viver ou não a agricultura (Boscardin et al., 2021).

Considerações Finais

Nos artigos aqui abordados sobre a temática da sucessão rural, observou-se a ausência de pesquisas realizadas na região sudoeste e uma quantidade bastante significativa de trabalhos elaborados, prioritariamente, em municípios da metade norte do Estado do RS. Isso provavelmente se dá pela marcante presença no ambiente rural da agricultura familiar e do agronegócio, além da presença de diferentes órgãos governamentais voltados ao atendimento desse público e a uma comunidade acadêmica bastante ativa presente nesta região. Portanto, salienta-se aqui a necessidade de realização de mais pesquisas e da execução de mais projetos para melhorar o nível de conhecimento sobre as características e as condições da população rural, especialmente voltadas à temática da sucessão rural, em outras regiões do Estado do RS.

No que diz respeito a questão de sexo relacionada à sucessão rural, tem sido quase que considerado como um processo natural o incentivo à permanência na propriedade rural aos filhos do gênero masculino, o que pode, potencialmente, ampliar ainda mais o processo de masculinização do ambiente rural e o êxodo rural feminino, que já vem sendo relatado em muitos dos estudos realizados.

Entretanto, a condição de acesso à educação pode contribuir para a permanência do jovem no meio rural, e à sucessão familiar, independentemente do sexo, dos jovens que buscam uma carreira profissionalizante, especialmente no caso em que as ciências agrárias sejam a escolhida, onde essa representa uma tendência de maior possibilidade desse jovem retornar para a lavoura. Neste contexto destaca-se também a relevância do apoio e incentivo dos pais, bem como da inserção do jovem como ator, e não mero espectador, nas tomadas de decisão da propriedade rural, com vistas na sua preparação para ocupar o espaço de sucessor na propriedade rural.

Outro aspecto que merece ser aqui registrado é o fato primordial de que, cada propriedade possui as suas próprias características, tendo-se como exemplo, o tema “permanência” um conceito amorfo, pois o ambiente rural pode ser usado como uma mera estadia, enquanto a designação da carreira profissional e futura permanência do jovem rural será realizada na cidade, logo, não havendo a sucessão na condução das atividades agrícolas na propriedade rural.

Percebe-se assim, que há uma soma de fatores associados ao pensar e decidir para o jovem, se o ambiente rural ou o urbano será o local de sua permanência; dentre as principais causas, citam-se a falta de atrativos; pensamento depreciativo de atividade agrícola; ausência de serviços básicos e estradas; privações de maquinários e benfeitorias; carência de apoio e confiança dos pais; improdutividade e inviabilidade financeira da lavoura.

Constata-se que alguns resolvem optar pela migração ao urbano por questões preferenciais, enquanto outros não tiveram opção de escolha e acabaram por tomar o rumo anterior por motivos de subsistência, acesso à saúde, educação, lazer e, por necessidade. Com isso em mente, destaca-se a urgência e importância da proposição e elaboração de políticas públicas, programas e organizações que sejam capazes de fornecer apoio

financeiro, que contribuam para a melhoria das condições de infraestrutura, trabalho e renda nas propriedades rurais; que possibilitem o acesso à tecnologia e a disponibilização de assistência técnica para melhorar a atividade agropecuária; oferta de serviços de saúde, educação, lazer e de outros aspectos motivadores à permanência do jovem no meio rural que são buscados no ambiente urbano.

Por fim, deve-se considerar o jovem do ambiente rural não como uma mera peça na sucessão familiar, mas sim, como um indivíduo consciente, com preferências e desejos próprios. Portanto, por mais que os alicerces da sucessão rural sejam bem planejados e exista vontade e estímulo sincero dos pais para a ocorrência deste processo, caberá ao jovem rural decidir, de acordo com o seu desejo, a escolha do seu futuro.

Referências

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. (2005). “O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização”. **Ensaios FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. (2021). “Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul”. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, n. 19, v. 3, p. 1-23.

BREITENBACH, R.; PAULA DALLAGNOL, R.; TROIAN, A. (2023). “Decidi ficar: Aspectos emocionais como fatores determinantes do processo sucessório em Ipiranga do Sul/RS”. **Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional**, n. 19, v.1, p. 101-122.

BURILLE, I. L. (2022). **A sucessão rural: estudo de caso em unidades de produção agrícola familiar no município de Itapuca-RS**. 48f. Trabalho de Conclusão do Curso (graduação) - Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS.

BOSCARDIN, M. et al. (2020). “Análise do perfil socioeconômico e produtivo de propriedades rurais com sucessão em regiões distintas do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil”. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e984998159-e984998159, 2020.

..... (2021). “Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional”. Eutopia: **Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 19, p. 119-135.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. (1998). “Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos”. **Revista Brasileira De Estudos De População**, n. 15, v. 2, p. 45-65.

CARBONI, J. (2022). **Fatores determinantes para a sucessão rural familiar e permanência dos jovens no município de Relvado/RS**. 58f. Trabalho de Conclusão do Curso (graduação) - Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre/RS.

COMPARIN, A. (2015). **Sucessão rural: motivos que influenciam o jovem a permanecer ou não nas propriedades rurais**. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Bacharel em Agronomia - Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó/SC.

CONTERATO, M. A. (2008). **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 290f. (Tese - Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre/RS.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. (2021). “A commoditização do pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul”. **Revista Grifos** -Unochopecó, v. 30 n. 51, 190-211.

DEUS, P. J. de. (2022). **Saída da atividade leiteira e suas motivações em Nova Petrópolis, RS**. 43f. Trabalho de Conclusão do Curso (graduação) - Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre/RS.

DAHMER, A. V. **Sucessão rural familiar em propriedades do município de Feliz, Rio Grande do Sul**. 91f. Trabalho de Conclusão do Curso (graduação) – Bacharelado em Administração – Universidade de Caxias do Sul (UCS), São Sebastião do Caí/RS.

AQUINO RODRIGUES, M. T. et al. “Êxodo Rural: perspectivas dos jovens sobre a vivência em meio rural”. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 2, p. 729-738.

FROEHLICH, J. M. et al. (2011). “Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS”. **Ciência Rural**, v. 41, p. 1674-1680.

GARCEZ, J. C. et al. (2020). “Análise da qualidade de vida de agricultores familiares: estudo de caso em Três Passos, Rio Grande do Sul (RS)”. **Nativa**, v. 8, n. 4, p. 506-513.

GUILHOTO, J. et al. “A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture’s gdp in Brazil and in it’s states)”. **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.

GULART, E. A. et al. (2021). “Evolução da cadeia produtiva do leite em dois municípios do Sul do Brasil”. **Investig. Agrar.**, San Lorenzo, v. 23, n. 2, p. 117-124.

KAGEYAMA, A. (2006). **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. 2 ed., UFRGS Editora: Porto Alegre.

LEHNER, M. L.; NASCIMENTO, L. F. C. (2024). “Tsow hope, reap progress: young people strengthening the rural: Semear esperança, colher progresso: jovens fortalecendo o rural”. **Concilium**, v. 24, n. 8, p. 438-452.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, Á. E. M.; GALIZONI, F. M. (2008). “Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG”. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, Caxambu-MG, Brasil, 2008, **Anais...** S. l.: ABEP.

MAZIERO, C. et al. (2019). “O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, PR”. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 2, p. 509-522.

MONTEIRO, E. P. et al. (2024). “Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática da literatura”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 9, e15729.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. (2022). “A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, e 235637.

LINS, J. G. M. G. et al. (2015). “Análise espacial da evolução do índice de desenvolvimento humano nos municípios da região nordeste”. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 81-96.

LISBINSKI, F. C. et al. (2020). “Análise Espacial do Desenvolvimento Rural da Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul”. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 79–101.

OSTWALD, D. et al. (2022). “Caracterização dos sistemas Hidropônicos de produção no município de Três Passos-RS”. **Revista Extensão em Foco**, n. 26, p. 220-234.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. (2016). “Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma análise das mesorregiões entre 2000 e 2010”. **Ensaio FEE**, v. 36, n. 4, p. 893-920.

RIGONI, F. (2022). **Atividade leiteira no município de Serafina Corrêa: casos de sucessão rural**. 52f. Trabalho de Conclusão do Curso (graduação) - Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre/RS.

ROSSETTI, D. P. (2014). **Agricultura familiar: aspectos motivadores do êxodo rural em Constantina-RS**. 52f. Relatório de Estágio Supervisionado (graduação) – Curso de Administração da Universidade de Passo Fundo (UPF) – Sarandi/RS.

SANTOS, V. A. A. dos. (2023). **Análise da sucessão familiar em propriedades rurais no município de Nova Hartz–Rio Grande do Sul**. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Bacharel em Agronomia - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Frederico Westphalen/RS.

SALOMÃO, I.; NASCIMENTO, J. E. P.do; GOMES, M. L. M. (2021). “A importância da agricultura familiar para a distribuição de alimentos destinados à merenda escolar”. **In: 7º Congresso de Tecnologia-Fatec Mococa**, v. 4, n. 1.

SILVA, D. J. A. et al. (2023). “O êxodo rural e agricultura familiar”. **In: II SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA**. Campus do Centro de Ciências de Bacabal – UFMA.

SOUZA, I. V. R. De. (2022). **Juventude rural na Região Celeiro do Rio Grande do Sul: motivos para ficar, razões para voltar**. 86f. Relatório de Qualificação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.

SPANEVERELLO, R. M. (2008). **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 236f. Tese - Doutorado em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre/RS.

STROEHER, F. H. et al. (2017). “Qualidade do leite: visão de produtores rurais do município de São Martinho-RS”. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v. 7, n. 4, p. 88-94.

STUANI, C.; NECKEL, A.; FICAGNA, A. V. O. (2016). **Jovens herdeiros: Uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá**. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Disponível em: <<https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/335.pdf>>

TRENTIN, I. C. L. (2023). “Tendências para a Agricultura Familiar no Sul do Brasil”. **Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología**, v. 32, n. 2, p. 234-255.

..... (2021). **Cambiamenti climatici e agroecologia nello sviluppo del Rio**

Grande do Sul-Brasile. Revista Científica Núcleo do Conhecimento, v. 12, p. 39-62.

..... (2023). **A crise da agropecuária e as mudanças climáticas no rio grande do sul-Brasil.** FOCO, v. 16, p. e 3361.

..... (2025) **Agricultural Policies Agribusiness or Family Farming in Brazil.** IOSR Journal of Agriculture and Veterinary Science, v. 18, p. 23-33. I. C. L & LIMA, A. B. (2025) **Adaptação Às Mudanças Climáticas: Estratégias Sustentáveis Para Mitigação Dos Impactos Ambientais Em Países Em Desenvolvimento.** IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM), v. 27, p. 1-11.

WEBER, T. A. (2017). **Conhecendo a problemática enfrentada por jovens rurais para realizar a sucessão rural no município de Venâncio Aires/RS.** 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Bacharelado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre.